

Carta de Itabuna

Os abaixo-assinados, participantes do III Encontro Nacional do Fonasc. CBH, em Itabuna – BA, no período de 29 a 31 de outubro de 2003, representantes da Sociedade Civil procedentes das mais diversas regiões do país, imbuídos do espírito que norteou a constituição do Fonasc. CBH e deflagrou este III Encontro Nacional do Fórum, discutindo a Política Nacional de Recursos Hídricos e os Movimentos Sociais pelo Valor Social da Água, considerando:

1. a necessidade de fomentar, incrementar e assegurar a participação da Sociedade Civil no âmbito das políticas públicas de recursos hídricos, de meio ambiente e demais temas transversalmente dispostos;
2. a necessidade de assegurar que os Comitês de Bacias Hidrográficas – CBH tenham a participação da sociedade civil e que sejam ouvidos e respeitados em suas deliberações referentes a todo tipo de intervenção nas respectivas Bacias Hidrográficas;
3. a necessidade de difundir, implementar e efetivar a política nacional de recursos hídricos e as demais políticas públicas correlatas; vêm respeitosamente apresentar as questões levantadas no âmbito do III Encontro bem como apresentar as proposições aprovadas na Plenária final e requerer as providências cabíveis relacionadas aos assuntos tratados.

Propostas do Maranhão

- 01) Intervenção do Fonasc .CBH na regulamentação da Lei 7.052 / 97, que dispõe sobre a Política Estadual dos Recursos Hídricos, orientando no sentido de que seja via **DECRETO**.
- 02) Encaminhamento de apoio do Fonasc .CBH aos agentes ambientais do alto, médio e baixo Itapecuru, junto ao governo do Estado e prefeituras.
- 03) Divulgação das atividades do Fonasc .CBH a nível nacional para que desta forma o Maranhão possa também se atualizar.
- 04) Que cumpridas as funções para as quais foi designada a Comissão Executiva Nacional Provisória abra-se o processo eleitoral, conforme o Estatuto do Fonasc .CBH, para a escolha dos membros da coordenação Executiva Nacional e do Conselho Fiscal.
- 05) Solicitação junto à gerência de segurança pública e ao comando da Polícia Militar para que haja maior efetivação de policiais militares no que concerne às questões ambientais, apoiando os agentes ambientais e entidades.
- 06) Intervenção do Fonasc .CBH para a criação de um núcleo de meio ambiente em todas as regiões ou cidades da Bacia do Itapecuru.
- 07) Para que o Fonasc .CBH, junto com o CREA / MA, efetive o enquadramento dos agentes ambientais na normativa 19 do IBAMA, tornando-os agentes ambientais voluntários.
- 08) Intervenção junto à gerência de Educação no sentido de que seja criada a disciplina de Educação Ambiental, na grade curricular, de forma que seja obrigatória.
- 09) Para que o Fonasc .CBH intervenha junto ao curador de Meio Ambiente do Estado, Dr. Fernando Barreto, no sentido da efetivação dos trabalhos sobre as questões ambientais nas cidades que compõem a bacia do Itapecuru.

Propostas de Pernambuco

Instituições:

- 01) Secretaria de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente.
- 02) Conselho Estadual de Recursos Hídricos
- 03) Comitês de Bacias Hidrográficas

Existem 07 comitês de bacias Hidrográficas Constituídas e homologadas:

- UNA
- IPOJUCA
- MUNDAÚ
- PIRATAMA
- JABOATÃO
- MOXOTÓ
- IPANEMA

Destes, 02 não funcionam: Moxotó e Ipanema

A composição dos comitês é paritária, 50% entre público e 50% sociedade civil. Sendo que os usuários têm representação de governo ou de sociedade civil dependendo de suas especificidades.

04) Fórum Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas recém-criado e em fase de consolidação/afirmação congrega todos os CBHs em funcionamento.

DIFICULDADES:

- Emperramento na interlocução com o governo em seus diferentes níveis;
- Falta de recursos financeiros (para infraestrutura e gestão);
- Falta de articulação dos órgãos públicos e das políticas e projetos de desenvolvimento do Estado voltados para recuperação e preservação do meio ambiente e das águas;
- Ausência de instrumento de planejamento das bacias (plano de planejamento e investimento – UNA);
- Alto grau de degradação ambiental e hídrica;
- Ameaça de volta do PROALCOOL com exclusiva visibilidade econômica.

LEGISLAÇÃO:

- Foi constituída uma câmara de legislação com a participação do FORUM para discutir a reformulação da lei de Recursos Hídricos.

PROPOSTAS:

Fonasc .CBH – constituir grupo de trabalho sobre o PROALCOOL e abrir diálogo com o Governo Federal sobre o tema.

Propostas de Minas Gerais – Movimento Pró Rio Doce

- 01) Convênio Integração dos Estados (ANA) e o interesse do governo nos Comitês para garantir a participação da sociedade civil que é componente do CBH;
- 02) Composição da sociedade civil nos comitês;
- 03) Participação do FONASC no Fórum Nacional de Comitês;
- 04) Criação/reconhecimento de pequenos comitês nacionais mesmo sem viabilidade econômica da ANA – Agência Nacional de águas;
- 05) Estrutura física (escritório) do Fonasc .CBH;
- 06) Diretoria Fonasc .CBH, eleição;
- 07) Formação de corredores ecológicos e manutenção dos remanescentes dos biomas;
- 08) Apoio à manutenção dos escritórios dos CBHs;
- 09) Adequação as legislações quanto ao que é sociedade civil na composição para a participação nos CBHs;
- 10) Adequação da Lei de Educação Ambiental quanto à transversalidade;
- 11) Criação do Batalhão de Polícia Militar de Meio Ambiente do estado de Minas Gerais;

- 12) Maior participação do Estado no Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce;
- 13) Encaminhamento das deliberações do Fonasc .CBH ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- 14) Participação do Fonasc .CBH no modelo de Agências de Água;
- 15) Revisão da Lei 9433/97 quanto composição da sociedade civil nos CBHs e sua composição;
- 16) Criação da Curadoria do Rio Doce;
- 17) Investimentos na ciência e tecnologia para assuntos de recursos hídricos;
- 18) Envolvimento dos centros de Ensino (universidades, faculdades, escolas técnicas) nos assuntos de recursos hídricos;
- 19) Apoio ao produtor rural como produtor de água;
- 20) Interação das Assembleias Legislativas Estaduais, câmaras de deputados, senado, com os CBHs e a sociedade civil, através de audiências públicas sistêmicas;

Propostas de Minas Gerais – Comitês do São Francisco e outras bacias

- 01) Dificuldade de Interação dos órgãos;
- 02) Falta de participação da sociedade civil em diversas esferas;
- 03) Falta de divulgação do poder público aos usuários com relação à efetiva função dos Comitês;
- 04) Alavancar recursos para participação ativa da sociedade civil nos comitês de bacias;
- 05) Buscar aplicação do FHIDRO (Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento sustentável de bacias hidrográficas em Minas Gerais) inclusive para bancar as atividades dos comitês nos primeiros anos de efetivação;
- 06) Buscar a aplicação de recursos provenientes dos royalties energéticos destinando-os para as Bacias Hidrográficas;
- 07) Propor a aplicação dos recursos do PPAG (Plano Plurianual de Ação Governamental) e do PMDI (Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado) inclusive no que se refere aos projetos estruturantes relacionados às águas e fiscalizar e/ou acompanhar sua correta destinação;
- 08) Buscar a implementação de recursos financeiros existentes no âmbito da administração pública no que se refere às políticas de recursos hídricos;
- 09) Mobilização da Sociedade Civil organizada e incentivo para que ela integre e participe dos comitês de bacia hidrográfica;
- 10) Assegurar a formação dos comitês em cada Bacia Hidrográfica e respectivas sub-bacias;
- 11) Garantir a representação da sociedade civil organizada nos comitês;
- 12) Divulgação das leis de recursos hídricos;
- 13) Propor mecanismos de fomento aos trabalhadores rurais, incentivando-os a cuidar das águas e fomentando sua participação nos comitês de bacias;
- 14) Discutir a pretendida transposição do São Francisco;
- 15) Falta de reservas legais nas grandes monoculturas no cerrado;

OBS: A Representação de Minas Gerais solicita ao Fonasc .CBH todo o empenho na implantação destas questões aqui apresentadas.

Propostas do Espírito Santo – Associação de defesa ambiental da bacia hidrográfica do Rio São Mateus

- 01) Solicitação junto à ANA, SNRH, CNRH e MMA (Ministério do Meio Ambiente) para

aprovação e instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus;

02) Requerer junto à RURALMINAS o Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus;

03) Criação de coordenadores estaduais do Fonasc .CBH em toda a federação brasileira;

04) Melhor comunicação e sistematização das ações do Fonasc .CBH;

05) Posicionamento favorável às ONGs junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais para a criação dos Pró-Comitês e Comitês;

06) Criação de grupos de trabalho nas áreas de: Educação Ambiental; Comunicação; Agrogeologia; Bacias Hidrográficas.

Propostas da Bahia – GRAMA, CPT/BA/SE, FUNFIFRAN/CBH–SF, GERC, CEPLAC, ORDEM

PROBLEMAS DETECTADOS:

01) Monoculturas do eucalipto, soja e café do cerrado:

- Destruição de áreas de preservação ambiental;
- Poluição dos corpos d'água e solo;
- Redução dos volumes d'água.

02) Carcinicultura do camarão (Sul e Baixo Sul):

- Ocupação das áreas de preservação permanente;
- Redução da fauna e flora aquática;
- Desestruturação das populações remanescentes.

03) Adequação da legislação estadual em relação à lei federal nº 9433/97 (A Bahia não tem lei Estadual de Recursos Hídricos):

- Desarticulação das ações do estado nas bacias federais;
- Falta de planos de bacia e incentivos ao funcionamento dos comitês estaduais e federais.

04) Carvoarias no Oeste / Médio São Francisco, incentivadas pela siderurgia mineira.

05) Desmatamento das matas ciliares na bacia do São Francisco.

06) Falta de saneamento ambiental e de destino correto dos resíduos sólidos.

07) Falta de educação ambiental:

- formal;
- não formal;
- informal.

08) Falta de integração entre os comitês estaduais e federais.

Propostas do Paraná

01) Garantir 100% de saneamento básico, com coleta e tratamento de esgoto, coleta seletiva domiciliar de resíduos sólidos, incentivos tributários aos produtos recicláveis e retornáveis, disposição final adequada para os resíduos sólidos, e intensa e continuada campanha educativa visando à mudança de comportamento de toda a população;

02) Desenvolvimento de políticas e incentivos à agricultura orgânica e familiar;

03) Efetiva fiscalização do uso correto de agrotóxicos pelos aplicadores; destinação final adequada e devolução dos vasilhames à respectiva indústria fabricante;

04) Exigir a capacitação e treinamento dos funcionários das concessionárias de rodovias e demais meios de transporte para a prevenção e ações emergenciais no caso de acidentes com transporte de produtos tóxicos e perigosos;

05) Elaboração e execução dos planos de gestão de micro-bacias hidrográficas, incluindo a

recuperação de matas ciliares, proteção das nascentes, fundos de vales, várzeas e mananciais em geral;

06) Efetivo gerenciamento costeiro respeitando a dinâmica do mar, os manguezais e a orla marítima;

07) Moção de Apoio ao Governo do Estado do Paraná, pela decisão pioneira no país, firme e ousada, de proibir mediante lei específica o plantio, a comercialização, a industrialização e o transporte de organismos geneticamente modificados – transgênicos – no estado do Paraná;

08) Sugere-se que seja feito o mesmo em cada estado do país;

09) Elaboração de planos diretores em cada município e em cada Região Metropolitana do país, contemplando a implantação de Fóruns locais e regionais da Agenda 21 e as decisões da conferência nacional das cidades;

10) Realização de seminário nacional com todas as outras frentes de atuação da sociedade civil sobre os recursos hídricos de forma a unificar a luta e fortalecer o Fonasc .CBH, incentivando a criação do FONASC-CBH em cada estado do país;

11) Promoção de ação civil pública como uma das formas de atuação da sociedade civil organizada.

Propostas de São Paulo – Bacia Hidrográfica do Vale da Paraíba e Alto Tietê

01) Há trinta anos a SABESP cobra taxa para tratamento de esgoto, que, no entanto, não é tratado. O serviço prestado é apenas o transporte do esgoto que é despejado sem tratamento nos rios, aumentando o aceleramento da insalubridade das bacias. PROPOSTA: Requerer informações sobre a indenização ao povo devido a esse procedimento incorreto; quanto a SABESP deve e de que forma a concessionária vai pagar à sociedade;

02) Problemas com os portos de areia (dragas que provocam grave degradação ambiental);

03) Problemas de assoreamento, falta de limpeza e escassez de água na região de Pradinho (Alto do Tietê).

TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO

Manifestar seu total e irrestrito apoio à Carta Aberta ao Vice – Presidente da República, firmada pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) de Minas Gerais, pelo CREA do Piauí, pelo CREA do Amapá, pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba e pelos demais signatários do referido documento, apresentado durante a reunião da CIPE – São Francisco, no dia 21 de outubro de 2003, na Assembléia Legislativa do estado de Minas Gerais. O texto da referida Carta Aberta é considerado parte integrante do presente documento e segue em anexo.

DEPARTAMENTOS

Implantar, no âmbito de cada bacia hidrográfica, Departamentos do Fonasc .CBH, constituídos por Delegados indicados pela Coordenação Nacional do Fórum, os quais deverão integrar os Conselhos Curadores de instituições gestoras, aplicadoras e implementadoras das políticas públicas relacionadas à linha de atuação do Fonasc .CBH. Cada Departamento terá o objetivo específico de detectar os pontos críticos de cada bacia hidrográfica, relatar a quem de direito e cobrar as soluções, bem como a apresentação dos resultados – em tempo imediato – das providências tomadas.